



Jornal do

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais

10 de Junho de 2022 - Nº 375



SUCATEOU MAS NÃO CONSEGUIU VENDER

Zema encerrará mandato sem entregar a Copasa e a Cemig para a privatização, mas deixa um estrago gigantesco e espera vencer a eleição para dar o golpe mortal nos maiores patrimônios estatais de Minas Gerais.

A resistência e a proteção das estatais mine-

iras aconteceram porque a Assembleia Legislativa não se dobrou ao governo que pretendia implementar a privatização na marra e também pela mobilização dos trabalhadores em defesa do patrimônio público mineiro.

PÁGINA 2

O presidente do SINDÁGUA, **Eduardo Pereira**, licenciou-se de suas atividades no Sindicato e tem o apoio da direção plena da entidade para disputar pré-candidatura a **deputado estadual**.

Será o nosso representante na defesa do saneamento, da Copasa como patrimônio do Estado e dos direitos dos trabalhadores.

Emilson Dias do Carmo assume a presidência do Sindicato.

Páginas 2 e 3

NOSSA LUTA NO LEGISLATIVO!

A defesa dos trabalhadores e das empresas públicas mineiras precisa de nossa força na Assembleia Legislativa



Copasa e Cemig

ESTATAIS MINEIRAS SÃO PROTEGIDAS PELA CONSTITUIÇÃO E POR NOSSA LUTA

Aluta que travamos para aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 50 tem uma data histórica: no dia 29 de outubro de 2001, o então governador de Minas Gerais, Itamar Franco, promulgou a emenda que dificulta as privatizações das estatais patrimônio do Estado.

A partir dali, empresas como a Copasa e a Cemig só poderiam ser privatizadas depois de referendo com os votos favoráveis da população em um plebiscito e ainda por 3/5 dos votos dos deputados estaduais, ou seja, 48 dos 77 parlamentares.

Na ocasião, Itamar ressaltou as diferenças entre os governos mineiro e federal, que estaria se desfazendo do patrimônio público nacional por pressão de forças econômicas internacionais, e afirmou: "Minas jamais vai se curvar aos poderosos, aqui é o Estado da liberdade e sobre esta liberdade construímos o futuro para os nossos filhos".

Quando a PEC foi aprovada, no ano anterior a Cemig havia gerado lucro de R\$ 415 milhões e a Copasa de cerca de R\$ 130 milhões, empresas para prestação de serviços essenciais para o povo que desde então já se mostravam lucrativas.

Passados 20 anos, o "vendilhismo" e o entreguismo voltaram a comandar o Estado, aproveitando-se de uma disputa radical entre PT e PSDB e se colocando como 3^a via para descontentes com os dois partidos. Ganhou as eleições com promessas que não tem condições de cumprir, a começar



por ignorar completamente os demais poderes, Legislativo e Judiciário, além do próprio povo, tentando vender o patrimônio público e destruir a capacidade do Estado de cumprir os preceitos constitucionais com a população. Zema se elegeu governador com a proposta de destruir o Estado, de vender todos os instrumentos de atendimento social para a exploração da iniciativa privada.

Foi graças à emenda constitucional aprovada em 2001 que não teve poderes para desmantelar as estatais mineiras e também pela postura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que não se dobrou aos arroubos ditoriais do caipira que aprendeu a viver vendendo patrimônio constituído pela sua própria família. Minas Gerais não é uma lojinha de vender eletrodomésticos e nem um posto de gasolina onde o patrão manda e explora ao seu bem prazer.

LUTA PELO SANEAMENTO PÚBLICO COMO RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Temos hoje na Assembleia Legislativa de Minas Gerais valorosos deputados com nível de consciência e responsabilidade social.

Nas eleições de outubro deste ano, será constituída uma nova bancada de deputados estaduais e precisamos ampliar nossos representantes para defender os interesses dos trabalhadores e do Estado como instrumento de políticas públicas para atender as necessidades da população.

A direção plena do SINDÁGUA, cônscia desta necessidade imperativa, decidiu apoiar uma candidatura a cargo na Assembleia Legislativa que tenha histórico de defesa da universalização do saneamento, de preservação das estatais mineiras, como Cemig, Copasa e outras, como patrimônio do povo mineiro e instrumentos de políticas sociais.

Nosso presidente, Eduardo Pereira de Oliveira, licencia-se de suas atividades na direção do Sindicato e se coloca como pré-candidato a deputado estadual, em campanha que deverá se desenvolver em breve. Eduardo já nos mostrou todo o seu desprendimento e capacidade de atuação.

Em pouco tempo na condução do Sindicato, ampliou a capacidade de mobilização e de organização da entidade e se posta como um defensor inarredável de uma perspectiva de Estado compromissado com o saneamento como direito básico social. Deixa no SINDÁGUA uma nova mentalidade de organização e de gestão, primada na descentralização e liberdade para atuação de todos os dirigentes, para construirmos um instrumento de luta efetivo e atuante.



COMPROMISSO COM OS TRABALHADORES E COM O DIREITO SOCIAL AO SANEAMENTO

Os trabalhadores na Copasa alcançaram recentemente uma vitória maiúscula, assinando um acordo coletivo depois de três anos com os salários represados, sem reajustes, e os direitos ameaçados.

Certamente, nos asseguramos pela nossa capacidade de negociação, quando conseguimos colocar no acordo de 2018 a cláusula da “ultratividade”. Nada seria garantido, no entanto, se a categoria não estivesse mobilizada, apoiando o Sindicato nas batalhas judiciais e negando em assembleias propostas da empresa com armadilhas para prejudicar direitos importantes da categoria.

Ao mesmo tempo em que enfrentamos esta adversidade, diante de uma gestão truculenta na Copasa e na Copasa do Norte, superamos também no Sindicato dificuldades em sua organização. Eduardo Pereira assumiu a presidência do SINDÁGUA no meio do último mandato e implementou uma rigorosa reorganização da entidade, descentralizando o Sindicato e investindo nos processos de comunicação, de ações jurídicas e de mobiliza-



Eduardo Pereira - Presidente licenciado

ção para solucionar impasses nos relacionamentos com a empresa. O SINDÁGUA ganhou força com uma maior atuação nas bases, com a presença constante dos diretores da entidade, colhendo dos trabalhadores total apoio e um crescimento extraordinário no número de sindicalizações.

Sentimos falta, no entanto, de um trabalho intenso e direcionado no Legislativo mineiro para defender patrimônios estatais que prestam serviços públicos essenciais e vitais para a população, como a Cemig e a Copasa. Por deliberação da diretoria plena do SINDÁGUA, apontamos o fortalecimento das ações na Assembleia Legislativa de Minas com a pré-candidatura de Eduardo Pereira a nosso representante como deputado estadual.

Seu nome deverá ser apreciado em breve na convenção partidária e, para viabilizar nossa luta pelo saneamento, pelos trabalhadores e pela Copasa, Eduardo licenciou-se da entidade no último dia 1º de junho.

Nossa atuação seguirá o mesmo modelo de gestão implementado na administração do SINDÁGUA, que passa ser conduzido pelo companheiro Emilson Dias do Carmo.

Emilson passa a presidir o SINDÁGUA



Com a licença de Eduardo Pereira para disputar uma pré-candidatura a deputado estadual nas eleições deste ano, o SINDÁGUA passa ser conduzido por Emilson Dias do Carmo, que assumiu interinamente a presidência no dia 2 de junho.

Emilson adianta que, mesmo com a licença do companheiro Eduardo, seguirá a orientação já definida para a gestão do Sindicato, mantendo os mesmos programas e planejamento dos trabalhadores, priorizando as campanhas para os acordos coletivos na Copasa, na Copasa do Norte e demais empresas onde a entidade representa os trabalhadores. Afirma que “trabalharemos com o mesmo princípio de unidade, de descentralização administrativa, para que todos os diretores do Sindicato estejam plena-

mente envolvidos nos processos de defesa dos direitos e possamos avançar na melhor condição para as relações do trabalho”.

Emilson entende como de “extrema importância conseguirmos aumentar a bancada de deputados que tenham a percepção e o compromisso com projetos sociais e de garantir que o Estado cumpra seus objetivos constitucionais com as políticas públicas prescritas na própria Constituição”.

Ele afirma que “seguiremos na mesma linha de defesa da Copasa como patrimônio e instrumento público para alcançarmos a universalização do saneamento e intensificaremos nossa atenção para que os trabalhadores tenham as condições para garantir serviços de qualidade, de compromisso e responsabilidade social”.

AUDIÊNCIA NO MPT DISCUTE AMEAÇA A EMPREGO DOS LEITURISTAS NA COPASA



O Ministério Público do Trabalho (MPT) realizou audiência de conciliação virtual, na segunda-feira (6 de junho), sobre a denúncia do SINDÁGUA de que a Copasa, ao fazer licitação para terceirizar o serviço de leitura, está descumprindo o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado entre a empresa e a Procuradoria em 7 de dezembro de 2004, que se encontra em plena vigência. Diante da quebra do compromisso assumido pela Copasa, o Sindicato solicitou ao MPT a suspensão do processo licitatório, ou sua anulação, caso já tenha sido concluído.

A procuradora Luciana Marques Coutinho optou por dar sequência ao processo administrativo, que corre na Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, e concedeu cinco dias de prazo para a juntada de documentação suplementar pelas duas partes. O Sindicato açãoou o MPT por considerar que a licitação para contratar empresa para atuar na leitura, uma atividade-fim, em Belo Horizonte e Região Metropolitana, fere frontalmente o TAC e faz parte da tentativa de desmanche da Copasa patrocinada pela direção da empresa, ameaçando o emprego de centenas de trabalhadores que atualmente exercem a atividade.

De acordo com o TAC, “a contratação de empregados para o quadro efetivo da Copasa será procedida mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei e no artigo 37 “caput” e inciso II da Constituição da República...”

O Sindicato pontuou que, como não houve pedido de revisão do TAC pela empresa, os seus termos estão em plena vigência. A empresa alega que a medida tem por objetivo a “modernização de medição e apuração de consumo com novas tecnologias de registro fotográfí-

co, georreferenciamento e atualização cadastral”. Na verdade, trata-se da completa despersonalização da atividade, esquecendo que o profissional da leitura é responsável pelo elo entre a população e a empresa e tem plenas condições de ser capacitado para atuar de acordo com as diretrizes desse processo de modernização.

A substituição do trabalhador concursado por trabalhador terceirizado, que não detém o conhecimento e a experiência necessários para a realização da atividade, representa sério risco, pois compromete significativamente a eficiência e a qualidade do serviço prestado. O Sindicato destacou, na audiência, que medida similar foi adotada pela Sabesp, em São Paulo, mas não atingiu o resultado esperado. A empresa paulista de saneamento foi obrigada a recuar, devido à queda na qualidade do atendimento à população.

Participaram da audiência virtual, pelo Sindicato, os advogados Renato Rodrigues de Oliveira e Inacilma Mendes Ferreira, e os diretores Wanderci dos Reis Gomes, Sávio Ribeiro de Assis e José Geraldo do Nascimento. Os prepostos da Copasa foram a advogada Flávia Chadid de Oliveira e o gerente da Unidade de Gestão de Serviços, Ronaldo Augusto Lyrio.



ACORDO COLETIVO DE TRABALHO/2022

CATEGORIA DEVE ENGROSSAR A MOBILIZAÇÃO PARA GARANTIR OS DIREITOS CONQUISTADOS



A Direção Plena do SINDÁGUA já desenha a mobilização para a campanha salarial deste ano

Os trabalhadores da Copasa têm, neste ano, uma das mais importantes e difíceis campanhas salariais de sua história. Os desafios são enormes, com o fim da ultratividade, instrumento que permitia que os Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) pudessem ser prorrogados enquanto não houvesse um novo acordo, preservando direitos como piso salarial, jornada de trabalho, vale-refeição, vale-transporte e plano de saúde, entre outras conquistas. Outra preocupação é com a garantia de nossos empregos, constantemente ameaçados pela intransigente direção da empresa.

O SINDÁGUA, diante de um cenário que exige forte mobilização e de uma negociação que começa da estaca zero, antecipou a Campanha Salarial deste ano, com o objetivo de preparar a categoria para os grandes desafios que teremos de superar. Com o fim da ultratividade, se as partes não chegarem a um acordo, os trabalhadores ficam sem suas garantias econômicas e sociais. Só com a participação consciente e massiva da categoria teremos condições de garantir nossos direitos nas negociações com a Copasa.

A data-base agora é em 1º de novembro, mas o Sindicato já está realizando concorridas assembleias em todo o Estado para ouvir as sugestões do máximo possível de trabalhadores e definir a Pauta de

Reivindicações que será entregue à empresa no dia 1º de julho. Estamos dialogando com a categoria, nos locais de trabalho, também para mobilizá-la para a Campanha Salarial. A nossa união e mobilização serão fundamentais para construirmos um acordo justo.

A Campanha Salarial de 2022 ocorre num cenário de grave crise econômica, com milhões de desempregados e os elevados preços de alimentos, combustíveis e gás de cozinha fazendo a inflação explodir e encolher o poder de compra das famílias, devolvendo o Brasil ao mapa da fome.

A inflação já ultrapassou a casa dos dois dígitos. Em abril, por exemplo, o INPC acumulado em 12 meses foi de 12,47%.

Nesta conjuntura, estão em jogo não apenas as garantias e direitos que conquistamos ao longo dos anos, mas também o futuro da democracia no país. É preciso dar um basta à política econômica que marginaliza a classe trabalhadora e destrói seus direitos.



Assembleias sendo realizadas em todo o Estado

LONGA NEGOCIAÇÃO DE TRÊS ANOS MOSTROU A CONSCIÊNCIA E RESISTÊNCIA DA CATEGORIA



As longas e duras negociações entre os trabalhadores e a direção da Copasa, nos últimos três anos, que resultaram em vitórias significativas, representam forte estímulo para os desafios da Campanha Salarial de 2022. A mobilização da categoria foi fundamental para a manutenção dos direitos estabelecidos nos acordos anteriores e a garantia de emprego.

Foi a coroação de uma trajetória de enorme mobilização e luta dos trabalhadores, que não se dobraram à brutal pressão da empresa em sua tentativa de demitir em massa, para atender o objetivo do governo Zema de sucatear a empresa para facilitar a sua privatização.

O impasse começou nas negociações coletivas de 2019, com a rejeição da proposta patronal para acabar com a PL linear e a cláusula de garantia de emprego. A categoria, no entanto, dispunha de um trunfo: a ultratividade, importante cláusula estabelecida no Acordo Coletivo de 2018, que preservava o acordo vigente até que outro fosse assinado. O Sindicato mobilizou os trabalhadores para longa luta que teriam pela frente, o que foi decisivo para a rejeição das



Lucas implementa modelo ágil de comunicação

contrapropostas patronais que colocam em risco nossos direitos e empregos.

A direção da empresa manteve sua postura inflexível, intransigente e fechada ao diálogo, não acatando sentenças judiciais e insistindo na intenção de eliminar a cláusula de garantia de emprego e em acabar com a PL Linear.

O SINDÁGUA, amparado na legislação e na ultratividade, acionou a Justiça para garantir o direito à PL Linear e a manutenção das cláusulas do ACT vigente. Com o firme apoio do Sindicato, a categoria, mobilizada, foi vitoriosa em todas as instâncias da Justiça do Trabalho, obrigando a Copasa a pagar a PL Linear e a não demitir de forma imotivada.

O acordo só foi aprovado em 28 de janeiro de 2022, garantindo o pagamento retroativo dos salários reajustados pelo INPC acumulado nas datas-base de 2019 a 2021, além de reajuste excepcional de 5% a partir de 1º de novembro de 2021, estabelecendo nova data-base.

ACOMPANHE AS NOTÍCIAS DO SINDÁGUA MG NOSSO SITE www.sindagua.com.br OU PELAS REDES SOCIAIS